



**Fundo
Previdenciário do
Município de
Santa Cruz - PE**

**Balanco Patrimonial
da
Lei Nº 4.320/64 MCASP**





Documento Assinado Digitalmente por: EZIUDA MARIA DE SOUSA, ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a4825c87-e697-4684-9126-c62980c59c56

Balanço Patrimonial

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP
FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2022**

Contador **Antonio Sales de Souza** CRC/PE 18.238/O



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com o Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2021, Abrande o Fundo de Previdência do Município de Santa Cruz - PE. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão ao RPPS, em conjunto com a assessoria da Contador Antonio Sales de Souza CRC 18.238/O, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjuntiva STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de Novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentarias, econômicas e financeiras do RPPS.. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da RPPS, em conjunto com a assessoria do Contador Antonio Sales de Souza CRC 18.238/O, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentarias, econômicas e financeiras deste RPPS

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. O Balanço Patrimonial será composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas nos quadros acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. Suas Notas Explicativas seguiram as ormatizações da Resolução TCE/PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, em conformidade com os anexos X, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Trazendo uma pró-análise do Balanço Patrimonial 2022, do RPPS, trazemos um total de Ativo Circulante (AC) de R\$ 29.281.617,31, ao tempo que, o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 3.316.470,95. Já o Passivo Circulante (PC) atingiu R\$ 43.799,75, enquanto o Passivo Não Circulante chegou a R\$ 32.696.457,14. Desta forma, contabilizando um Patrimônio Líquido (PL) de R\$ -142.168,63 para o último exercício. Logo, assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra do Balanço Patrimonial com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2022.

Eracildo Barbosa Teixeira
Gerente Previdenciário
Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2022.

Antonio Sales de Souza
Contador

FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2022)

Orçamento Programa - Exercício de 2022



Pág.: 1

ISOLADO: 6 - FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		29.281.617,31	23.754.872,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		29.272.278,50	23.745.533,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		29.272.278,50	23.745.533,88
CONTA ÚNICA RPPS	NE1 F	18.079.264,42	12.254.786,54
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	NE2 F	11.193.014,08	11.490.747,34
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		9.338,81	9.338,81
ALMOXARIFADO		9.338,81	9.338,81
MATERIAL DE EXPEDIENTE	NE3 P	2.987,35	2.987,35
MATERIAL DE CONSUMO	NE4 P	6.351,46	6.351,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.316.470,95	2.218.340,07
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.270.761,25	2.182.377,87
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		3.269.998,10	2.181.614,72
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	NE5 P	3.269.998,10	0,00
ESTOQUES		763,15	763,15
ALMOXARIFADO	NE6 P	763,15	763,15
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO		45.709,70	35.962,20
BENS MÓVEIS		41.454,70	31.707,20
BENS DE INFORMÁTICA	NE7 P	5.227,00	5.227,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	NE8 P	8.690,80	8.690,80
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	NE9 P	4.346,10	3.537,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	E10 P	23.190,80	14.252,40
BENS IMÓVEIS		4.255,00	4.255,00
INSTALAÇÕES	E11 P	250,00	250,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	E12 P	4.005,00	4.005,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL		32.598.088,26	25.973.212,76

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		43.799,75	44.849,75
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAL		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	1.050,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		0,00	1.050,00
FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	1.050,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		43.799,75	43.799,75
VALORES RESTITUÍVEIS		43.799,75	43.799,75
CONSIGNAÇÕES	E13 F	43.799,75	43.799,75
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		32.696.457,14	27.451.245,20
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAL		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		32.696.457,14	27.451.245,20
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		32.696.457,14	27.451.245,20
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	E14 P	45.197.528,03	29.192.285,72
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	E15 P	46.095.478,34	55.911.604,11
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	E16 P	-58.596.549,23	-57.652.644,63
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL PASSIVO		32.740.256,89	27.496.094,95
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-142.168,63	-1.522.882,19

Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, ELLANE MARIA DA SILVA SOARES
 Acesso em: https://efeece.pe.gov.br/gpp/validaDocumento.do?assinado=482587e69746840126602980579556

FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2022)



Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 6 - FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		-142.168,63	-1.522.882,19
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-142.168,63	-1.522.882,19
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	1.380.713,56	-247.820,52
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.522.882,19	-1.275.061,67
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-142.168,63	-1.522.882,19
				TOTAL		32.598.088,26	25.973.212,70

Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
 Acesso em: https://eacoe.gov.br/epdf/validaDoc.seam Código do documento: 44825c87-e697-4684-9126-662980c59c56

ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
 GESTOR
 007.799.164-84

FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2022)

Orçamento Programa - Exercício de 2022



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	NE17	29.272.278,50	23.745.533,88	PASSIVO FINANCEIRO (43.799,75)+RP não Proc.(0,00)	NE19	43.799,75	44.999,75
ATIVO PERMANENTE	NE18	3.325.809,76	2.227.678,88	PASSIVO PERMANENTE	NE20	32.696.457,14	27.451.245,20
				SALDO PATRIMONIAL		-142.168,63	-1.523.032,19

ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA

GESTOR

007.799.164-84

Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 44825c87-e697-4684-9126-662980c59c56

FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2022)

Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
 GESTOR
 007.799.164-84

Documento Assinado Digitalmente por: EZILDA MARIA DE SOUSA, ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
 Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/gpp/vilidaDoc:seam> Código do documento: 44825c87-e697-4684-9126-662980c59c56

FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 1

Orçamento Programa - Exercício de 2022

ISOLADO: 6 - FUNPRESC - FUNDO PREV. DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
14 RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)		29.228.478,75	23.700.534,13
600 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		29.228.478,75	23.700.534,13
TOTAL		29.228.478,75	23.700.534,13

ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA

GESTOR

007.799.164-84





FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
Exercício de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade responsável:

Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz

b) Natureza jurídica da entidade:

133-3 – Fundo Público de Administração Direta

CNPJ: 08.702.822/0001-26

Principal atividade econômica da entidade: 83.30-2-00 – Seguridade Social Obrigatória

c) Domicílio da entidade:

Avenida Três de Maio; nº __; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz - PE

d) Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz - PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código “133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal”, sendo sua atividade principal classificada como: 65.41-3-00 – Previdência complementar fechada”. A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 514, de 24, de novembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021). Sua fonte financeira deriva das transferências do Município das contribuições retidas dos servidores ativos e obrigação do ente em forma de alíquota.

e) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Executivo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis do Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2022, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis ao Setor Público – NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo *International Federation of Accountants*



– IFAC através da *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE:

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE - PE, apresentando os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração seguiram os princípios contábeis da entidade, da continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competências e prudências, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos Sistemas orçamentário e Patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art.86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants* (IFAC) através das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

g) Consolidação das Demonstrações contábeis abrangendo:

Esta demonstração contábil abrange as informações dos dados do Fundo Público da Administração Direta do Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz que compõe o Poder Executivo.

h) Dados do Gestor:

Eracildo Barbosa Teixeira, Gerente de Previdência de Santa Cruz – PE no período de 01/01/2021 a 31/12/2022.

i) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive as notas explicativas:

Antonio Sales de Souza CRC/PE nº 18.238/O. E-mail: sales@hotmail.com

j) Nome do software da contabilidade:

Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software

RESUMO DA POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

As Demonstrações contábeis apresentam apropriadamente a situação patrimonial, financeira como também seu desempenho econômico ao ser analisado a entidade a qual tais demonstrações são aplicadas, a representatividade desses documentos contábeis tem o compromisso de apresentar a fidedigna resultante dos efeitos das transações, condições e eventuais eventos ocorridos nos critérios e definições reconhecidos para ativos, passivos, receitas e despesas estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, nesse contexto é apresentado os principais critérios e políticas contábeis



adotados no âmbito municipal, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao Setor público. A elaboração do Balanço Patrimonial – BP é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, no balanço patrimonial é utilizado o regime de caixa para o registro de receitas e o regime de competência para o uso das despesas da entidade, o município tem como moeda funcional o real (R\$) e não apresenta registro em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para moeda funcional vigente. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretária do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

A Lei nº 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao Separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que compõem. Afim de atender aos novos padrões da contabilidade Aplicada ao Setor Público, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/64 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Com o objetivo de atender as necessidades dos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei 4.320/64 e as alterações da Portaria STN nº 438/2012, o balanço patrimonial será composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superavit/Déficit Financeiro.

Quadro Principal:

O Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível – Subgrupo ou 4º nível -Título).

A NBC TSP 11 prevê a adoção das seguintes formas de apresentação dos ativos e passivos:

- a) Segregação em ativos circulantes e não circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulante, sendo este o modelo que deve ser adotado preferencialmente;
- b) Apresentação baseada na liquidez, aplicável apenas quando proporcionar informação que seja mais relevante. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em instituições financeiras, pelo fato de que tais instituições não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável.



Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/64. Será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 (Crédito Empenhado a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar). Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais. É facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Quadro das Contas de Compensação (controle)

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controle Credores) do PCASP. O PCASP não padroniza o desdobramento dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Tal desdobramento deverá ser feito por cada ente, a nível de item e subitem (6º nível e 7º nível).

Quadro do Superávit/ Déficit Financeiro

Este quadro apresenta o superávit/ déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregando por fonte/ destinação de recursos. Como a classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/ déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforma o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Mensurar infringe dizer que é o ato de selecionar bases adequadas que representem o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira de uma entidade atendendo as necessidades da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a tomada de decisão.

Contudo vale ressaltar que não existe uma única maneira de ou uma base norteadora aplicados aos procedimentos contábeis, a escolha de qual base de mensuração a aplicar será adotada de acordo com o grau de observância das características qualitativas enquanto considerada as restrições sobre a informação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral, as bases de mensura subdividem em ativos e passivos, sendo eles:

- Bases de mensuração para os ativos:
 - Custo histórico;
 - Valor de mercado;
 - Custo de reposição ou substituição;
 - Preço líquido de venda;
 - Valor de uso.
- Bases de mensuração para os passivos:
 - Custo histórico;
 - Custo de cumprimento da obrigação;



- Valor de mercado;
- Custo de liberação;
- Preço presumido.

ANEXO IV DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ações	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NCASP	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP	Assessoria	31/12/2021	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Financeiro/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto Previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Sistema de informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída



Ação		2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.		
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Sistema de informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação		3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.		
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Metodologia de reconhecimento dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Contratação de Sistema para registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Sistema de Informações Contábeis adequado á metodologia de registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ações		4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.		
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Metodologia de reconhecimento da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2015	Concluída
Contratação de sistema para registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2015	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Adequação/aquisição de sistema para registro de obrigações por competência	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência	Obrigações e provisões devidamente evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle	Sistema de Informação Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle	Assessoria	31/12/2021	Concluída



Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade	Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e recuperação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Adequação/Aquisição de sistema de controle Patrimonial	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/ Controle Patrimonial	31/12/2020	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Controle Patrimonial	31/12/2020	Concluída
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável	Controle Patrimonial/ Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados	Sistema de Informações contábeis à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição\Desenvolvimento de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Sistema informatizado adequado aos ativos de infraestrutura.	Prefeito/Controle Patrimonial	31/12/2023	Concluída
Levantamento em nível local do patrimonial de infraestrutura	Relatório com detalhamento do patrimônio de infraestrutura do ente, com base em perícia ou "benchmark"	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento



Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação dos ativos de infraestrutura	Metodologia de depreciação do patrimônio de infraestrutura à realidade	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Desenvolvimento de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos de infraestrutura.	Metodologia de reavaliação e "impairment" para os ativos de infraestrutura.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Adequação do sistema informatizado aos procedimentos anteriormente definidos para ajustes no patrimônio de infraestrutura.	Sistema informatizado adequado ao controle do patrimônio de infraestrutura.	Assessoria Sistema	31/12/2023	Concluída
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP, MCASP).			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	Metodologia de reconhecimento dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão	Prefeito/ Controle Patrimonial/ Assessoria	31/12/2023	Concluída
Evidenciação contábil dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão	Bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão devidamente evidenciados contabilmente	Controle Patrimonial/ Assessoria Contábil	31/12/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	Metodologia de reconhecimento das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Adequação/aquisição de sistema para registro de obrigações por competência	Sistema de Informações Contábeis adequado á metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência	Obrigações e provisões devidamente evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Financeiro/ Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Metodologia de reconhecimento da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021 5	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro da provisão atuarial de regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Sistema de informações contábeis adequado à metodologia de previdência dos servidores públicos civis e militares	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência	Obrigações e provisões devidamente evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	Financeiro/ Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Financeiro/ Assessoria	31/12/2021	Em andamento



Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil da demais obrigações por competência	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Controle Patrimonial/ Financeiro/ Assessoria	31/12/2021	Não Iniciada
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade	Assessoria Contábil	31/12/2021	Não Iniciada
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	Metodologia de reconhecimento de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Não Iniciada
Adequação/Aquisição de sistema para registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	Assessoria	31/12/2021	Concluída



Evidenciação contábil de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável devidamente evidenciados contabilmente	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Não Iniciada
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas para perdas e redução ao valor recuperável.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Metodologia de reconhecimento dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Sistema de Informações Contábeis adequado á metodologia de registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. Devidamente evidencias contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controle de estoque\Almoxarifado independente de execução orçamentária e com entrada por recebimento e baixa por consumo	Metodologia de controle de estoque/almoxarifado	Administração/ Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Em andamento
Contratação de Sistema Informatizado para controle de estoque/almoxarifado	Estoque/almoxarifado controlado através de Sistema informatizado.	Prefeito/ Administração/ Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Concluída



Ajuste de Sistema de Informações Contábeis para as Metodologias anteriores	Sistema de Informações Contábeis ajustado ao controle de estoque/almoxxarifado	Contabilidade	31/12/2022	Concluída
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Processo e Sistema Patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP	Controle Patrimonial/ Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Patrimonial baseado nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Assessoria	31/12/2021	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as normas	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos FUNDEB escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as normas	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos Operações de Créditos escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as normas	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ RPPS	31/12/2014	Concluída
Adequação do plano de contas do RPPS ao PCASP	Plano de Contas Convergado	Finanças/ Contabilidade/ RPPS	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos do Regime Próprio de Previdência escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ RPPS	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as normas	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos Dívida Ativa escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as normas	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Precatórios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as normas	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2016	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de eventos de consórcios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade	31/12/2016	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			



Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Aquisição\Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade e encerramento do exercício	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Sub ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra/fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ajuste das Demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas	Template de DCASP adequada à nova metodologia	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM REPRESENTADAS

a) Termos e Demonstrações correlatos ao Balanço Patrimonial:

a. Quadro Principal



Ativo Circulante: O ativo deve ser classificado como circulante quando atender aos seguintes critérios: a) Têm-se a pretensão de vender ou consumir esse ativo no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalente de Caixa: Compreende os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda: Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, segundo um plano de venda com prazo inferior a 12 meses.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente: Compreende pagamentos de varrições patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante: Ativo não circulante são ativos considerados a longo prazo, investimentos, imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos: Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado: Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangíveis: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante: O passivo deve ser circulante quando atender aos seguintes critérios a) quando se espera que o passivo seja pago durante o ciclo operacional



normal da entidade; b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; c) o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedor e Contas a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidade e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os decorrentes dessas obrigações, com vencimento de curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes: Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com a probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante: Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo:

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedor e Contas a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas



atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidade e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os decorrentes dessas obrigações, com vencimento de longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com a probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no longo prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Deferido: Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital: Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reserva de Capital: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajuste de Avaliação Patrimonial: Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reserva de Lucros: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas: Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos reavaliados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações/ Cotas em Tesouraria: Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes



Ativo Financeiro: Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente: Compreende bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente: Compreende das dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

c. Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Superávit Financeiro: Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320/64, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro: Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos: Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Balanço Patrimonial:

a. Ativo

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022



Ativo Circulante:

A) QUADRO PRINCIPAL			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		29.281.617,31	23.754.872,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		29.272.278,50	23.745.533,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		29.272.278,50	23.745.533,88
CONTA ÚNICA RPPS	VE1 F	18.079.264,42	12.254.786,54
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	VE2 F	11.193.014,08	11.490.747,34
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		9.338,81	9.338,81
ALMOXARIFADO		9.338,81	9.338,81
MATERIAL DE EXPEDIENTE	VE3 P	2.987,35	2.987,35
MATERIAL DE CONSUMO	VE4 P	6.351,46	6.351,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.316.470,95	2.218.340,07

Notas Explicativas – NE:

NE1 – Conta Única RPPS: O Saldo Disponível em 31/12/2022 é de R\$ 18.079.264,42, oriundo de conta corrente, poupança e renda fixa.

NE2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata: O saldo em 31/12/2022 é de R\$ 11.193.014,08, este valor é das aplicações em rendas variáveis, Ações e Multimercado.

NE3 – Material de Expediente: Valores que foram gastos com aquisição de material de expediente (papel, canetas, cartuchos de tintas, entre outros), no exercício de 2022.

NE4 – Material de Consumo: Valores gastos com compras para manutenção do RPPS e com lanches para as reuniões dos conselhos e confraternização, no exercício de 2022.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.316.470,95	2.218.340,07
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.270.761,25	2.182.377,87
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		3.269.998,10	2.181.614,72
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	0,00	2.181.614,72
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	VE5 P	3.269.998,10	0,00
ESTOQUES		763,15	763,15
ALMOXARIFADO	VE6 P	763,15	763,15
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO		45.709,70	35.962,20
BENS MÓVEIS		41.454,70	31.707,20
BENS DE INFORMÁTICA	VE7 P	5.227,00	5.227,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	VE8 P	8.690,80	8.690,80
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	VE9 P	4.346,10	3.537,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	E10 P	23.190,80	14.252,40
BENS IMÓVEIS		4.255,00	4.255,00
INSTALAÇÕES	E11 P	250,00	250,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	E12 P	4.005,00	4.005,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL		32.598.088,26	25.973.212,76



Ativo Não Circulante:

Notas Explicativas – NE:

NE5 – Créditos Previdenciários: Este valor encontrado de R\$ 3.269.998,10, corresponde aos parcelamentos das contribuições em atraso que vem sendo pagos e que é atualizado mensalmente.

NE6 – Almoxarifado: estoque de material de expediente para o exercício de 2022 no montante de R\$ 763,15.

NE7 – Bens de Informática: Valor que foi gasto com a aquisição de produtos de informática (computador, teclados...), no montante de R\$ 0,00 no exercício de 2022, permanecendo o mesmo valor no balanço de 2021.

NE8 – Móveis e Utensílios: Valor referente a aquisição de móveis, para uma melhor estrutura do RPPS para receber os inativos no montante de R\$ 0,00 no exercício de 2022, mantendo o mesmo valor de 2021.

NE9 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas: Valor gasto com a aquisição de um Celular para o RPPS no valor de R\$ 809,10 no exercício de 2022, ficando com um patrimônio de R\$ 4.346,10.

NE10 – Demais Bens Imóveis: Valor referente a aquisição de móveis (cadeiras, mesas, geladeira, fogão...), para uma melhor estrutura do RPPS para receber os inativos no montante de R\$ 8.938,40 no exercício de 2022, ficando com o patrimônio de R\$ 23.190,80.

NE11 – Instalações: Valor que foi gasto com as instalações do imóvel do RPPS, no montante de R\$ 0,00 no exercício de 2022, permanecendo o mesmo valor no balanço de 2021, de R\$ 250,00.

NE12 – Demais Bens Imóveis: Valor que foi gasto com a aquisição de bens imóveis, no montante de R\$ 0,00 no exercício de 2022, permanecendo o mesmo valor no balanço de 2021, de R\$ 4.005,00.

b. Passivo

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

Passivo Circulante:

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		43.799,75	44.849,75
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	1.050,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		0,00	1.050,00
FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	1.050,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		43.799,75	43.799,75
VALORES RESTITUTÍVEIS		43.799,75	43.799,75
CONSIGNAÇÕES	313 F	43.799,75	43.799,75



Nota Explicativa – NE:

	Índices	Conclusões
Índice de Liquidez Corrente	668,53%	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto Prazo o município possui R\$ 668,53 de ativos de curto prazo para cobrir.
Índice de Liquidez Seca	668,32%	Para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante se tem R\$ 668,32 de Ativos Líquidos, concluindo que existe folga para liquidar suas obrigações.
Índice de Liquidez imediata	668,53%	Indica que o município tem 668,53 da quantia necessária para honrar suas obrigações de curto prazo

NE13 – Consignações: Valor que vem de 2021 e que em 2022 tudo que foi retido foi recolhido.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

Passivo Não Circulante:

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		32.696.457,14	27.451.245,20
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		32.696.457,14	27.451.245,20
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		32.696.457,14	27.451.245,20
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	314 P	45.197.528,03	29.192.285,72
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	315 P	46.095.478,34	55.911.604,11
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	316 P	-58.596.549,23	-57.652.644,63
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL PASSIVO		32.696.457,14	27.451.245,20

Nota Explicativa – NE:

Nota Explicativa – Provisões Matemáticas Previdenciárias 2023

De acordo com o Art. 1º, da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, a STN – Secretaria do Tesouro Nacional, ficou designada a desenvolver ações no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela International Federation of Accountants - IFAC e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, no



que diz respeito aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis do Setor Público.

As Provisões Matemáticas são o valor atuarial presente, posicionado na data base do cálculo atuarial, dos fluxos futuros dos benefícios concedidos e a conceder, líquido do valor atuarial presente, igualmente posicionado na mesma data, dos fluxos futuros de contribuições vertidas pelos segurados, pelo ente federativo e da compensação financeira junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Ou seja, provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes. A provisão matemática previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data.

Neste sentido, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu a NBC TSP 15, a qual, em seu item nº 69 determinou que, para determinação do valor presente das obrigações de benefício definido e o seu custo corrente (além do custo passado, quando aplicável), o método de cálculo a ser utilizado é o CUP – Crédito Unitário Projetado.

Por sua vez, a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, que disciplina os parâmetros e diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social, traz em seu Art. 31, as opções de métodos atuariais de apuração do custo normal dos benefícios avaliados em regime financeiro de capitalização, que devem ser utilizados:

- I – Crédito Unitário Projetado (PUC);
- II – Idade Normal de Entrada;
- III – Prêmio Nivelado Individual; e,
- IV – Agregado/Ortodoxo.

Para a Avaliação Atuarial 2023, do Município de Santa Cruz-PE, foi utilizado o método PUC para mensuração dos compromissos e cálculo dos custos atuariais, conforme determina a legislação vigente, com os seguintes resultados das Provisões Matemáticas:

RESULTADOS	TOTAL (R\$)
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (1)	45.197.528,03
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (2)	46.095.478,34
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL (3=1+2)	91.293.006,37
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (4)	9.913.562,18
ATIVO DO PLANO (5)	32.696.457,14
RESULTADO ATUARIAL (6 = 3 - 4 - 5)	-58.596.549,23



NE14 - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: Esse valor se refere a tudo que já foi pago de benefícios de inativos e pensionistas, desde a formalização e início dos trabalhos de pagamento de benefícios do RPPS de Santa Cruz, até a data de 31/12/2022.

NE15 - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: Esse valor se refere a todos os pagamentos de benefícios aos segurados ativos, inativos e pensionistas que por ventura venham a receber por esse RPPS a partir da data de 01/01/2023.

Provisão Matemáticas Total: É a soma das provisões de benefícios Concedidos e a Conceder, deste RPPS.

Compensação Financeira: Valor levantado através do COMPREV, onde tem os servidores que foram vinculados ao RGPS e hoje estão vinculados ao RPPS deste município e com isso temos o direito de reaver os valores das contribuições recolhidas ao RGPS destes servidores ao se aposentarem.

Ativo do Plano: Este valor é todo o capital que este RPPS tem investido nas aplicações e conta corrente até a data de 31/12/2022. Este valor foi armazenado no decorrer dos anos com as contribuições previdenciárias e os rendimentos das aplicações, da data do início das atividades do RPPS até a data de 31/12/2022.

NE16 - Resultado Atuarial: Este resultado vem da diferença dos valores das obrigações com os benefícios com o que temos a receber de compensação mais nossos investimentos. Quando se tem um RPPS equilibrado, este valor seria zerado ou positivo, mostrando que existe disponibilidade financeira para cumprir todos as obrigações com seus segurados na data de 31/12/2022.

C: Demais elementos patrimoniais

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2022

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	NE17	29.272.278,50	23.745.533,88
ATIVO PERMANENTE	NE18	3.325.809,76	2.227.678,88

Nota Explicativa – NE:

NE17 - Ativo Financeiro: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 29.272.278,50.

NE18 - Ativo Permanente: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributos P (Permanente) somam R\$ 3.325.809,76.



ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO FINANCEIRO (43.799,75)+RP não Proc.(0,00)	NE19	43.799,75	44.999,75
PASSIVO PERMANENTE	NE20	32.696.457,14	27.451.245,20
SALDO PATRIMONIAL		-142.168,63	-1.523.032,19

Nota Explicativa – NE:

NE19 - Passivo Financeiro: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações não dependentes de autorização orçamentária para a sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 43.799,75, somados os restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00, perfazem o total de R\$ 43.799,75.

NE20 - Passivos Permanentes: Os Passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atribuição P (Permanente) somam R\$ 32.696.457,14.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111.XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
14 RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)		29.228.478,75	23.700.534,13
600 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		29.228.478,75	23.700.534,13
TOTAL		29.228.478,75	23.700.534,13

Superávit/Déficit Financeiro: Evidenciam o Superávit/Déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Déficit Financeiro do exercício foi R\$ 29.229.478,75.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- a) **Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- b) **Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do município e pressuposto das estimativas:** Não se aplica a este demonstrativo.



- c) **Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do município no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações do município.
- d) **Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

AJUSTES DECORRENTES DE OMISSÕES E ERROS EM ANOS ANTERIORES OU MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou mudanças de critérios contábeis.

ATIVOS IMOBILIZADOS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Imobilizados a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração. Como também não ocorreu transferências desses ativos.

ATIVOS INTANGÍVEIS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Intangíveis a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração.

JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIAS DE COMPONENTES PATRIMONIAIS AVALIADOS POR CRITÉRIOS DISTINTOS:

Não houve componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos.

RELAÇÃO DE PROVISÕES DE PASSIVOS CONTINGENTES QUE SURTIRAM DE UM MESMO CONJUNTO DE CIRCUNSTÂNCIAS:

PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES	SALDO	CIRCUNSTÂNCIAS
Sentenças Judiciais		
Provisões Matemáticas Previdenciárias		

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE BASE DE CÁLCULO UTILIZADAS NAS PERDAS DA DÍVIDA ATIVA:

Não houve perda de Dívida Ativa

PROVISÃO TIPO/CLASSE:

DESCRIÇÃO	TIPO	CLASSE

PASSIVOS CONTINGENTES:

Não houve passivos contingentes no balanço patrimonial.



ESTOQUES: Os estoques foram contabilizados por seu valor de aquisição e distribuídos em Almoarifados, os valores passaram a serem classificados exclusivamente na conta contábil - 1.1.5.6.1.01.00.00.00.00 – Matérias de Consumo em virtude de no momento de sua baixa não ser possível a localização do empenho que originou a aquisição, gerando inconsistências nos saldos. O Ente está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes no município de forma a atender o Plano de PIPCP.

Os estoques são controlados pelos almoarifados e integrados ao sistema de contabilidade municipal, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2022
Material de Consumo	R\$ 763,15
Gêneros Alimentícios	R\$
Material de Construção	R\$
Combustível	R\$
Autopeças	R\$
Medicamentos	R\$
Material de Expediente	R\$
Total	R\$

MEMÓRIA DE CALCULO DA PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS:

RESULTADOS	TOTAL (R\$)
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (1)	45.197.528,03
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (2)	46.095.478,34
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL (3=1+2)	91.293.006,37
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (4)	9.913.562,18
ATIVO DO PLANO (5)	32.696.457,14
RESULTADO ATUARIAL (6 = 3 - 4 - 5)	-58.596.549,23